



## MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, Nº [REDACTED]/2018-MI, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, em Brasília - DF, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.353.358/0001-96, neste ato representado por seu Secretário de Infraestrutura Hídrica Substituto, **MARCUS AURELIUS ARAGÃO VERAS**, portador da Cédula de Identidade n.º 572.640 SSP/DF, inscrito no CPF/MF 313.873.571-15, nomeado pela Portaria n.º 348, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2016 – Seção 02, pág 37, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por delegação de competência, por força da Portaria n.º 195, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2015 – Seção 01, pág 26, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, expedida pela (o) \_\_\_\_\_, e CPF n.º \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo n.º **59100.000410/2018-11** e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão n.º \_\_\_\_\_/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato o fornecimento e transporte de água potável, por carro pipa, sob demanda, para abastecimento de consumo humano das famílias beneficiárias das Vilas Produtivas Rurais–VPR's de Malícia, localizada no Estado do Ceará, e Pilões, Queimada Grande, Uri, Negreiros e Captação localizadas no Estado do Pernambuco, em condições adequadas de consumo, ou seja, límpida e sem sujeiras, de acordo com as exigências estabelecidas pela Portaria de

nº 2.914, de 12/12/2011, do Ministério da Saúde e conforme especificações e demais condições do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1. Este Contrato guarda conformidade com o PREGÃO Eletrônico nº xx/2018-MI e respectivos Anexos, com a Lei nº 10.520/2002, com a Lei nº 8.666/93, em sua redação atual, vinculando-se, ainda, à Proposta da Contratada, ao Termo de Referência que deu origem a este Contrato e demais documentos constantes do processo nº 59100.000410/2018-11 que, independente de transcrição, integram este Instrumento.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO**

3.1. O recebimento do objeto desta contratação será realizado nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, e em consonância com as condições especificadas no Termo de Referência.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS**

4.1. O valor anual para a contratação é de **R\$ 231.332,40** (duzentos e trinta e um mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), conforme detalhamento contido no Anexo I deste Instrumento.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da contratação objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos consignados no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017 (LOA 2017), obedecendo a seguinte classificação orçamentária: Programa de Trabalho: xx.xxx.xxxx.xxxx.xxxx – Apoio à implementação do PAC; Grupo de Natureza da Despesa: x; Nota de Empenho: xxxxNExxxxx.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

6.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado pelo Departamento de Projetos Estratégicos, do exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, em livro próprio, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- b. Comunicar, por escrito, diretamente à **CONTRATADA**, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com relação à execução dos serviços do objeto contratado, a fim de que sejam tomadas as devidas providências;

- c. Receber Nota Fiscal e atestar em conformidade com as solicitações; SUBCLÁUSULA QUARTA – Promover, através de seu gestor, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, dos aspectos quantitativos e qualitativos, registrando as falhas detectadas;
- d. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- e. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- f. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- h. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital;
- i. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA.
- j. Fornecer água potável, a partir dos pontos de captação da CAGECE e COMPESA, conforme itens 3.1.1 e 5.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

**6.2. A CONTRATADA obriga-se a:**

- a. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b. Cumprir fielmente as cláusulas contratuais para a perfeita execução do Contrato;
- c. Reparar, corrigir, remover ou substituir, à suas expensas qualquer serviço quando verificados vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução do objeto deste contrato;
- d. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- e. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- f. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- g. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

- h. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i. Não permitir a utilização do trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- k. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- l. Responsabilizar-se por qualquer dano ambiental que porventura venha a ocorrer, sendo passível de responsabilização cível, penal e administrativa, de acordo com Leis Ambientais em vigor;
- m. Atender ao pedido de fornecimento, que será feito através do Gestor do Contrato designado pelo Departamento de Projetos Estratégicos/MI, dentro de no máximo 24 (vinte e quatro) horas;
- n. Apresentar seus funcionários, durante a execução dos serviços, devidamente trajados, com a identificação da empresa, crachás e equipamentos de segurança necessários à execução do serviço;
- o. Executar o objeto desta contratação por meio de veículos que apresentem regularidade quanto ao licenciamento e ao pagamento do(s) seguro(s) obrigatório(s);
- p. Executar o objeto desta contratação utilizando-se de profissionais, sendo que o(s) motorista(s) deverá(ão) apresentar Carteira Nacional de Habilitação (CND) e Categoria de Habilitação Específica para tipo de veículo ou equipamento;
- q. Arcar com todos os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado mensalmente pela CONTRATANTE, conforme medição aprovada, mediante nota de empenho até o 10º (décimo) dia útil do mês

subsequente a realização dos serviços do objeto, corrido após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Gestor do Contrato designado pelo Departamento de Projetos Estratégicos/MI, desde que esteja de acordo com os padrões e exigências deste Contrato e do Edital e seus anexos, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

8.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

8.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.5. Consoante o Artigo 45 da Lei nº 9.784/99, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a. Não produziu os resultados acordados;
- b. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8. Os pagamentos serão efetuados mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, por meio de ordem bancária contra o Banco do Brasil S/A, ou em qualquer entidade bancária indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

8.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

- 8.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 8.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.
- 8.15. A documentação de cobrança não aceita pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para a devida correção, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização;
- 8.16. A contagem do prazo para pagamento será reiniciada em caso de devolução da documentação de cobrança para correção.
- 8.17. A devolução da documentação de cobrança não aprovada pela CONTRATANTE não servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda a entrega de produtos, a execução dos serviços ou deixe de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.
- 8.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VP = Valor da parcela a ser paga.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$



TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **9. CLÁUSULA NONA – INEXISTÊNCIA DO REAJUSTE**

9.1. O preço é fixo e irrevogável.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A fiscalização da CONTRATANTE terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da CONTRATADA.

11.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessário, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271/1997.

11.3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.4. O fiscal da CONTRATANTE poderá exigir, uma vez comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que deixe de merecer confiança, embarace a fiscalização ou, ainda, que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.

11.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

11.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

11.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

11.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, estabelecidas neste contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos nº 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

11.9. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. O prazo para o fornecimento do objeto será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação da CONTRATANTE.

12.2. O fornecimento do objeto contratado será realizado em quantitativos de deslocamento e litros de água, devendo o mesmo ser fornecido sempre que for solicitado pela CONTRATANTE, de acordo com as necessidades da mesma.

12.3. A execução inicial do serviço ocorrerá a partir da data da assinatura da emissão da Ordem de Serviço.

12.4. Os serviços serão prestados nas áreas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), nos eixos Norte e Leste.

12.5. Para efeito de medição da quilometragem para cada VPR – Vila Produtiva Rural será considerado o quadro abaixo, com discriminação dos trechos pavimentados e não pavimentados:

VPR	Local da captação	DMT (Km)	
		Pavimentada	Não pavimentada
URI	Salgueiro-PE	7,00	1,00
NEGREIROS	Salgueiro-PE	3,60	7,00
QUEIMADA GRANDE	Salgueiro-PE	7,00	3,50
CAPTAÇÃO	Cabrobró-PE	18,00	2,00
PILÕES	Penaforte-CE	0,00	10,7
MALÍCIA	Penaforte-CE	2,00	1,90

## 13. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

a) Multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;



b) Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, a partir do 15º dia, sem prejuízo das demais penalidades;

III – Suspensão temporária de participação em licitação com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração nos termos do art. 87 da Lei 6.666/93.

V – Aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, vez que a referida sanção pode ser aplicada de forma cumulativa com aquelas estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da GRU emitida pela CONTRATANTE;

13.3. Os valores das multas aplicadas deverão ser recolhidos à conta da Única do Tesouro Nacional, através de Guia de Recolhimento fornecida pelo Ministério da Integração Nacional, podendo a CONTRATANTE reter o valor correspondente de pagamentos futuros devidos à contratada, ou ainda cobrá-las judicialmente, segundo a lei 7.830/80, com os encargos correspondentes;

13.4. Para aplicação das penalidades previstas neste contrato será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa;

13.5. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito;

13.6. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo ser cobrada judicialmente;

13.7. As penalidades previstas nos incisos “I”, “III” e “IV” da subcláusula primeira poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso “II”, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

13.8. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE decorrentes das infrações cometidas.

13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

13.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO**

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na

licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8. Indenizações e multas.

14.9. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

14.10. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.11. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação constante do preâmbulo deste Instrumento, nos princípios de Direito Público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

## **16. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência, como condição de eficácia.

## **17. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES**

17.1. É vedado à CONTRATADA:

- a. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**18. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, nos termos do disposto no Art. 109 § 2º *in fine* da Constituição.

18.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, em **3 (três) vias** de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes, com as testemunhas abaixo identificadas.

Brasília - DF, de de 2018.

Pela União/CONTRATANTE:

**MARCUS AURELIUS ARAGÃO VERAS**

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Pela CONTRATADA:

Representante da Empresa

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_  
CPF Nº: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_  
CPF Nº: \_\_\_\_\_